



CONTAS PÚBLICAS

Pacheco e Lira indicam cautela sobre IR

Presidentes do Senado e da Câmara avisam que proposta do governo de isentar do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil não terá análise rápida pelos parlamentares e que aprovação do Congresso dependerá de "condições fiscais"

» ISRAEL MEDEIROS
» JÚLIA PORTELA

Medidas do pacote

Veja o que preveem os dois projetos apresentados pelo governo

PL 4.616/2024

- Documento com cadastro biométrico passa a ser obrigatório para a concessão e renovação de benefícios sociais do governo;
- Concessionárias de serviços públicos ficam obrigadas a fornecer informações de bases de dados para aperfeiçoar o processo de verificação de requisitos para benefícios sociais;
- Para concessão do BPC, é obrigatório que o beneficiário seja incapacitado para o trabalho. Passa a ser obrigatório registrar no sistema do BPC o código da Classificação Internacional de Doenças (CID);
- No Bolsa Família, o governo federal poderá alterar o valor-limite de desligamento do programa. Municípios e o Distrito Federal deverão observar um índice máximo de famílias compostas por uma só pessoa;
- Fundo Constitucional do Distrito Federal passa a ser corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- Até 2030, o aumento real do salário mínimo fica limitado aos índices anuais de crescimento da despesa primária fixados no arcabouço fiscal.

Segundo a Unafisco Nacional, que representa os auditores fiscais da Receita Federal, a isenção do IR custaria ao governo, em queda de arrecadação, R\$ 45 bilhões por ano — R\$ 10 bilhões a mais do que o valor anunciado pelo governo.

A equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fala em compensar esses valores taxando quem ganha mais de R\$ 50 mil, mas somente quando o texto do Imposto de Renda for de fato apresentado é que será possível analisar se a conta fecha.

Em termos práticos, não há grandes problemas em deixar a



PLP 210 de 2024

- Altera gatilhos de contenção de gastos em caso de déficit nas contas públicas, como prorrogação de incentivos tributários ou aumento de gastos com pessoal;
- De 2025 a 2030, passa a ser livre a aplicação do superávit financeiro do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD); Fundo Nacional Antidrogas (Funad); Fundo da Marinha Mercante (FMM); Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac); Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset); Fundo do Exército; Fundo Aeronáutico e do Fundo Naval;
- Autoriza o contingenciamento e bloqueio de emendas parlamentares discricionárias (cujo pagamento não é obrigatório). O limite é de 15% do orçamento reservado a emendas.



Só poderá acontecer (isenção do IR) se (e somente se) tivermos condições fiscais para isso. Se não tivermos, não vai acontecer. Mas essa é uma discussão para frente, que vai depender muito da capacidade do Brasil de crescer e gerar riqueza, sem aumento de impostos"

Rodrigo Pacheco (PSD-MG),
presidente do Senado



Qualquer outra iniciativa governamental que implique renúncia de receitas será enfrentada apenas no ano que vem, e após análise cuidadosa e, sobretudo, realista de suas fontes de financiamento. E efetivo impacto nas contas públicas. Uma coisa de cada vez. Responsabilidade fiscal é inegociável"

Arthur Lira (PP-AL),
presidente da Câmara

Projetos são apresentados

O governo enviou, ontem, ao Congresso duas propostas que integram o pacote de corte de gastos: um Projeto de Lei (PL) e um Projeto de Lei Complementar (PLP). O Planalto ainda articula uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para alterar regras como repasses ao Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb).

Os textos foram apresentados pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e ambos têm temas sensíveis que encontrarão resistência tanto na Câmara quanto no Senado.

O PL 4.616 de 2024 contém algumas das principais mudanças propostas pelo governo, como alterações nos cadastros e nos critérios de concessão de benefícios sociais, limitação do aumento real do salário mínimo até 2030 e alteração na correção anual do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) — fortemente combatido pelo governo do Distrito Federal e por aliados do governador Ibaneis Rocha (MDB) na política local.

"O projeto de lei tem a finalidade de racionalizar despesas públicas primárias, com vistas a aperfeiçoar o orçamento público e ajustar o ritmo de crescimento do gasto obrigatório ao disposto na Lei Complementar 200 (arcabouço fiscal)", disse Guimarães na justificativa.

Já o PLP 210 de 2024 faz alterações na lei do arcabouço fiscal. Muda, entre outras coisas, a limitação ao crescimento anual de despesas; os gatilhos de corte de gastos; se houver déficit nas contas públicas; a aplicação de recursos para fundos específicos; e o contingenciamento e o bloqueio de emendas parlamentares consideradas discricionárias (não obrigatórias) — com limite de 15% das dotações identificadas como emendas. (IM e JP)

» **Leia mais sobre Fundo Constitucional do DF na página 13**

Febraban/Flickr



Haddad: "Se tiver algum problema de cálculo, vamos voltar para a planilha"

discussão para o ano que vem, já que o governo quer isentar o IR só a partir de 2026. O que há é um risco político para o Planalto, que anunciou uma medida popular para dourar a pilula de uma série de outras impopulares e, agora, vai ter de esperar para negociar com os novos presidentes da Câmara e do Senado, a serem eleitos em fevereiro do próximo ano.

Em política, muita coisa pode acontecer em dois meses, e há chances de que o tema seja postergado, a depender da vontade política dos novos líderes do Legislativo. Mesmo sendo uma medida

popular, não é possível prever com certeza quais temas serão prioritários no início de 2025.

No caso das demais medidas do governo a serem votadas neste ano, há um outro problema: o tempo é exíguo, e líderes de bancadas já dizem, nos bastidores, que será difícil votar quaisquer medidas do governo se o Supremo Tribunal Federal (STF) não desbloquear as emendas parlamentares — cujos repasses foram suspensos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por falta de transparência e rastreabilidade.

Haddad: pacote "não é uma bala de prata"

» VANILSON OLIVEIRA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reiterou, ontem, que o pacote de corte de gastos anunciado pelo governo, com previsão de economia de R\$ 70 bilhões entre 2025 e 2026, "não é uma bala de prata" e que ajustes adicionais podem ser necessários. A afirmação foi feita em evento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em São Paulo.

Haddad reconheceu que as medidas dependem do alinhamento com o Congresso e de cálculos precisos para gerar os resultados esperados. "Se tiver algum problema de cálculo, nós vamos voltar para a planilha, vamos voltar para o Congresso, vamos voltar para o presidente da República, com a demanda que nós achamos que é a correta", afirmou o ministro.

O conjunto de medidas anunciadas pelo governo afeta salário mínimo, programas sociais, aposentadorias dos

militares e emendas parlamentares, entre outros.

No entanto, as reações do mercado e do Congresso sinalizam que o caminho para a aprovação e a implementação do pacote não será simples. O dólar, pela primeira vez na história, ultrapassou os R\$ 6 (leia reportagem na página 7).

Também no almoço da Febraban, o diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípulo, destacou as declarações de Lira e Pacheco, que ajudaram a acalmar um pouco o mercado financeiro.

Conforme Galípulo, enquanto o pacote de contenção de gastos está sendo digerido, as falas dos presidentes da Câmara e do Senado contribuíram para uma interpretação de que existe um consenso em torno da grande disposição em aprovar o ajuste com urgência e de que a reforma do Imposto de Renda, visando ampliar a faixa de isenção para

R\$ 5 mil, envolve uma discussão mais ampla, a ser feita apenas a partir do ano que vem.

O futuro presidente do BC também ressaltou as declarações de Haddad no almoço. Segundo Galípulo, o discurso do ministro mostrou convicção na direção do ajuste das contas públicas.

Galípulo avaliou que, entre esta sexta ou no sábado, com o envio do pacote ao Congresso, os agentes do mercado poderão se debruçar sobre o ajuste para entender, com mais detalhes, seu impacto efetivo.

Juros

Galípulo também comentou sobre juros. Disse que, diante de uma economia aquecida, a instituição "eventualmente" terá que pisar um pouco mais pesado no freio, indicando assim uma Taxa Selic mais alta.

"Eventualmente terá que ter o pé um pouco mais pesado no

freio para não permitir um aquecimento da economia a ponto de pressionar a inflação", frisou.

Na sequência, após citar o mercado de trabalho apertado no Brasil, além da tendência de menos cortes de juros nos Estados Unidos, favorecendo alta do dólar, Galípulo afirmou parecer lógico imaginar que serão necessários juros mais contracionistas por mais tempo.

O diretor reiterou que terá liberdade de ação quando assumir, em janeiro, a presidência do BC e que não se preocupa se receber críticas do governo que o indicou ao cargo.

"Não é tema que me preocupa receber críticas porque o arcabouço legal da política monetária está muito claro. O Banco Central não recebe comando por entrevistas e posts em rede social", argumentou. Ele reforçou que a função do BC é perseguir a meta de inflação, fixando para isso uma taxa restritiva pelo tempo que for suficiente. (Com Agência Estado)